

Gilbert Ryle, Expressões sistematicamente enganadoras



Arquipélago

03 jul 2026 — 43 min read

*Meeting of the Aristotelian Society at 55, Russell Square, London,
W.C.1, on March 21st, 1932, at 8 p.m.*

VIII.—SYSTEMATICALLY MISLEADING EXPRESSIONS.

By G. RYLE.

PHILOSOPHICAL arguments have always largely, if not entirely, consisted in attempts to thrash out “what it means to say so and so.” It is observed that men in their ordinary discourse, the discourse, that is, that they employ when they are not philosophizing, use certain expressions, and philosophers fasten on to certain more or less radical types or classes of such expressions and raise their question about all expressions of a certain type and ask what they really mean.



Imagens: Internet Archive e Ronai Rocha/Flickr

Este texto clássico foi traduzido pelo saudoso professor Balthazar Barbosa Filho para o volume LII da coleção *Os Pensadores* na década de 1970. O texto original consta no volume 32 dos *Proceedings of the Aristotelian Society*

(1931-1932) e na coletânea *Essays on logic and language*, organizada por Anthony Flew em 1951. Agradecemos aos herdeiros do professor Balthazar a permissão para a republicação desta tradução. O texto a seguir foi revisado por Rogério Severo e Gilson Olegario. A tradução da palavra *phrase* foi alterada de “frase” para “locução” e a tradução da palavra *sentence* foi alterada de “sentença” para “frase”. Outras modificações de menor importância também foram feitas, além da ortografia ter sido atualizada e de pequenos erros de editoração da coleção *Os Pensadores* terem sido corrigidos, como a omissão de um parágrafo na seção final do artigo. Gilbert Ryle (1900-1976) foi um filósofo britânico e professor da Universidade de Oxford. Fez parte da escola de “filosofia da linguagem comum” [*ordinary language philosophy*], do qual também fizeram parte John Austin e Peter Strawson. As obras mais conhecidas de Ryle são *The concept of mind* e *Dilemmas*, esta última já traduzida e publicada no Brasil pela editora Martins Fontes.

Expressões sistematicamente enganadoras

Gilbert Ryle

Os argumentos filosóficos sempre consistiram largamente, se não exclusivamente, em tentativas de examinar “o que significa dizer isso e aquilo”. Observamos que os homens, no seu discurso comum, isto é, no discurso que empregam quando não estão filosofando, utilizam certas expressões. Os filósofos, então, fixam a atenção em determinados tipos ou classes mais ou menos radicais de expressões, colocando questões acerca de todas as expressões de um determinado tipo e perguntando o que elas realmente significam [*mean*].

Algumas vezes, os filósofos dizem que analisam ou elucidam os “conceitos” incorporados aos “juízos” do homem comum ou do cientista, do historiador, do artista ou seja lá de quem for. Isso, no entanto, é apenas um modo frouxo de dizer que estão tentando descobrir aquilo que é significado pelos termos gerais incluídos nas frases que tais pessoas pronunciam ou escrevem. Como veremos, “x é um conceito” e “y é um juízo” também são, elas próprias, expressões sistematicamente enganadoras [*systematically misleading expressions*].

Todo o procedimento, porém, é muito estranho. Com efeito, se as expressões a serem consideradas são utilizadas inteligentemente, as pessoas que as empregam já devem saber o que significam, não necessitando do auxílio ou do conselho dos filósofos para que possam compreender o que estão dizendo. Por outro lado, se os seus interlocutores compreendem aquilo que lhes é dito, também eles não estão perplexos de forma a necessitar que essa significação lhes seja filosoficamente “analisada” ou “elucidada”. Além disso, pelo menos o próprio filósofo deve saber o que as expressões significam, pois, do contrário, ele não poderia saber o que é que estaria analisando.

Sem dúvida, ocorre muitas vezes que as expressões não são utilizadas inteligentemente e, nessa medida, os seus autores estão simplesmente falando como papagaios. Nesse caso, no entanto, é evidentemente inútil perguntar o que elas realmente significam. Não há nenhuma razão, com efeito, para supor que signifiquem alguma coisa. Se houvesse uma razão qualquer nesse sentido, não se trataria de simples palrice. Por outro lado, se o filósofo tem o cuidado de perguntar o que as expressões *significariam* se um homem racional as estivesse utilizando, a única resposta seria a de que significariam aquilo que então significariam. Compreendê-las seria suficiente e isso poderia ser feito por qualquer ouvinte racional [*reasonable*]. Filosofar não poderia auxiliá-lo

aqui e, na realidade, o próprio filósofo não seria sequer capaz de começar o seu trabalho se não as tivesse simplesmente compreendido à maneira comum.

Portanto, se uma expressão pode ser compreendida, parece, então, que já se sabe, nessa compreensão, o que a expressão significa. Assim, não há nenhuma obscuridade presente e nenhum esclarecimento necessário possível.

Por outro lado, se se sugerir que o não filósofo, autor de uma expressão (seja ele um homem comum, um cientista, um pregador ou um artista), efetivamente sabe, mas apenas de maneira vaga, nebulosa ou confusa, o que a expressão significa, ao passo que o filósofo, ao cabo da sua exploração, sabe clara, distinta e exatamente o que ela significa, uma dupla resposta a essa sugestão parece se impor. Em primeiro lugar, se um locutor sabe apenas confusamente o que a sua expressão significa, ele estará, nesse aspecto e nessa medida, simplesmente falando e emitindo sons. E não é a função — nem a realização — do filósofo proporcionar um remédio contra tais vicissitudes. Em segundo lugar, o filósofo não se ocupa *ex officio* com desvarios e divagações; ele estuda as expressões naquilo que elas significam quando empregadas de maneira inteligente e inteligível, e não enquanto ruídos emitidos por um idiota ou por um papagaio.

É certo que às vezes ocorrem certas expressões para as quais seria possível encontrar substitutivos mais adequados que deveriam ser empregados ou que deveriam ter sido empregados em lugar delas. (1) Uma expressão pode constituir uma infração à gramática inglesa ou latina, por exemplo. (2) Uma palavra pode ser uma palavra estrangeira, uma palavra rara ou um termo técnico ou profissional, para a qual existe um sinônimo familiar. (3) Uma locução ou uma frase pode ser grosseira ou desconhecida na sua estrutura. (4) Uma palavra ou uma locução pode ser equívoca, sendo então um instrumento de possíveis trocadilhos [*puns*]. (5) Uma palavra ou uma locução pode ser mal

escolhida por ser geral quando deveria ser específica, ou por ser alusiva quando a alusão não é conhecida ou não é evidente. (6) Uma palavra pode, enfim, ser despropositada [*a malapropism*] ou ser uma designação errônea [*a misnomer*]. No entanto, a procura de paráfrases que sejam mais imediatamente inteligíveis para uma determinada audiência ou que sejam mais idiomáticas, mais elegantes ou mais gramaticalmente e etimologicamente corretas, constitui simplesmente uma tarefa de lexicografia ou de filologia aplicadas. Não é filosofia.

Somos obrigados, então, a enfrentar a pergunta: Pode-se falar de análise ou elucidação do significado das expressões que as pessoas utilizam, a não ser no sentido de substituir expressões filologicamente menos adequadas por expressões filologicamente mais adequadas? (Poderíamos expressar o mesmo problema na terminologia mais enganosa [*misleading*] dos “conceitos”, perguntando então: Como pode a filosofia, mediante análise e elucidação, operar nos conceitos utilizados pelo homem comum, pelo cientista ou pelo artista, de tal sorte que os conceitos, depois dessa operação, se encontrem esclarecidos quando antes eram obscuros? As mesmas dificuldades surgirão aqui. Com efeito, não pode haver algo como um conceito obscuro, visto que ou alguém tem um conceito, isto é, conhece a natureza do tema [*subject-matter*] de que está tratando, ou não está conseguindo fazê-lo. Se está conseguindo, nenhuma clarificação é necessária ou possível. E se não está conseguindo, deverá descobrir mais coisas acerca do tema ou refletir mais a seu respeito, pois aquilo que chamamos de “conceito” nada mais é, justamente, do que a apreensão da natureza desse tema. Isso não seria, contudo, filosofar acerca do conceito; isso seria explorar mais atentamente a natureza da coisa, sendo, portanto, uma tarefa da economia, talvez, ou da astronomia ou da história. No entanto, visto que eu acredito ser possível

mostrar que não é verdade, em nenhum sentido natural, que “existem conceitos”, seguirei o outro método de enunciar o problema.)

O objetivo [*object*] deste artigo não consiste em mostrar o que a filosofia em geral investiga. O objetivo é o de mostrar que ainda há um sentido importante no qual os filósofos podem e devem descobrir e enunciar aquilo que é realmente significado pelas expressões pertencentes a esse ou àquele tipo radical, e que, apesar disso, essas descobertas absolutamente não implicam que os usuários ingênuos [*naive*] dessas expressões tenham qualquer dúvida ou estejam confusos acerca do que as expressões significam, não implicando, tampouco, que necessitem, num sentido qualquer, dos resultados da análise filosófica para que possam continuar a utilizar inteligentemente os modos comuns de expressão ou para que possam continuar a utilizá-los de forma a que sejam inteligíveis para os outros.

O essencial daquilo que pretendo estabelecer é o seguinte. Existem muitas expressões que ocorrem no discurso não filosófico e que — embora sejam compreendidas com perfeita clareza por aqueles que as utilizam e por aqueles que as escutam ou que as leem — são, não obstante, expressas em certas formas gramaticais ou sintáticas tais que é possível demonstrar serem elas *impróprias* para o estado de coisas que registram (ou para o suposto estado de coisas que pretendem registrar). Tais expressões podem ser reformuladas e — para a filosofia, mas não para o discurso não filosófico — devem ser reformuladas em expressões cuja forma sintática seja apropriada aos fatos registrados (ou aos supostos fatos supostamente registrados).

Utilizarei o termo “expressão” para abranger palavras isoladas, locuções [*phrases*] e frases [*sentences*]. Por “enunciado”, entenderei uma frase no modo indicativo. Quando um enunciado é verdadeiro, direi que “registra” [*records*] um fato ou um estado de coisas. Os enunciados falsos não registram nada.

Saber [*to know*] que um enunciado é verdadeiro é saber que alguma coisa é o caso e que o enunciado registra isso. Quando eu simplesmente compreendo um enunciado, ainda não sei que ele registra um fato, nem é necessário que eu conheça [*know*] o fato que ele registra, se é que registra algum. Mas sei qual estado de coisas seria realizado [*would obtain*] se o enunciado registrasse um estado de coisas.

Todo enunciado significativo [*significant*] é um quase registro, pois possui tanto a estrutura quanto os constituintes necessários para ser um registro. Mesmo já conhecendo [*knowing*] a sua estrutura e os seus constituintes, no entanto, ainda não sabemos [*know*] que o enunciado é um registro de um fato. Os enunciados falsos são pseudorregistros e, assim como as pseudoantiguidades não são antiguidades, também eles não são registros. Por conseguinte, a pergunta: O que os enunciados falsos enunciam? será desprovida de significação [*meaningless*] se “enunciam” significar “registram”. Por outro lado, se a pergunta significa: O que eles *teriam registrado* se registrassem que alguma coisa é o caso?, ela já contém a sua própria resposta.

Quando uma expressão possui uma forma sintática que a torna inapropriada para o fato registrado, a expressão é sistematicamente enganadora por sugerir espontaneamente a algumas pessoas — embora não às pessoas “comuns” [*‘ordinary’*] — que o estado de coisas registrado é um tipo de estado de coisas totalmente diferente daquele que de fato é.

No que segue, tentarei mostrar por meio de exemplos aquilo que estou tentando dizer. Começarei considerando toda uma classe de expressões de um determinado tipo que ocorrem no discurso comum e que aí ocorrem de maneira perfeitamente satisfatória. Sustentarei, no entanto, que essas expressões são *sistematicamente enganadoras*, isto é, que expressas numa

forma sintática inapropriada aos fatos registrados e, ao contrário, apropriada a fatos de uma forma lógica inteiramente diversa da dos fatos registrados. (Por razões de simplicidade, falarei como se todos os enunciados citados em exemplo fossem verdadeiros. Os enunciados falsos, com efeito, não são formalmente diferentes dos verdadeiros. Se não fossem assim, os gramáticos poderiam vir a ser oniscientes. Por outro lado, quando eu disser que um enunciado é “sistematicamente enganador”, não pretenderei dizer com isso que ele é falso, e certamente também não pretenderei dizer que é sem sentido [*senseless*]. Por “sistematicamente”, quero dizer que todas as expressões que possuem a mesma forma gramatical em questão são enganosas da mesma maneira e pela mesma razão.)

I — Enunciados quase ontológicos

Desde Kant, a maioria de nós prestou homenagem à doutrina segundo a qual “a existência não é uma qualidade”, rejeitando, em consequência, a pseudoimplicação do argumento ontológico: “Deus é perfeito, ser perfeito implica [*entails*] logicamente ser existente, ... Deus existe”. Com efeito, se a existência não é uma qualidade, ela não é o tipo de coisa que possa ser logicamente implicado [*entailed*] por uma qualidade.

Até bem recentemente, no entanto, não se observava que, se “existe” em “Deus existe”, não é um predicado (exceto do ponto de vista gramatical), então “Deus”, nesse mesmo enunciado, não pode ser (exceto do ponto de vista gramatical) o sujeito de predicação. A tomada de consciência desse fato surgiu do exame de proposições existenciais negativas como “Satã não existe” ou “unicórnios são não existentes”. Se Satã não existe, o enunciado “Satã não existe” não pode ser acerca de Satã no sentido em que o enunciado “eu estou

com sono” é acerca de mim. A despeito das aparências, a palavra “Satã” não pode estar significando [*signifying*] um sujeito de atributos.

Alguns filósofos, entretanto, chegaram a considerar certas teorias que poderiam autorizá-los a continuar a dizer que “Satã não existe”, apesar de tudo, ainda é, de algum modo, acerca de Satã, e que “existe” ainda significa [*signifies*] um certo tipo de atributo ou de característica [*character*], embora não uma qualidade.

Nessa direção, alguns sustentaram que o enunciado em questão é acerca de alguma coisa descrita como “a ideia de Satã”, ao passo que outros afirmaram que o enunciado é acerca de uma entidade subsistente mas não real [*non-actual*] chamada “Satã”. Ambas as teorias, na realidade, tentam mostrar que uma coisa pode *ser* (seja enquanto ser “meramente mental”, seja enquanto ser no “domínio dos subsistentes”) sem ser em existência. No entanto, visto que podemos dizer “quadrados redondos não existem” e “não-entidades reais não existem”, esse tipo de interpretação das proposições existenciais negativas se vê obrigado a povoar o domínio dos subsistentes ou o domínio das ideias com contradições ambulantes. Essas teorias, então, foram obrigadas a ficar de lado, fazendo-se necessário apresentar uma nova análise das proposições existenciais.

Suponhamos que eu afirme [*assert*], a respeito (aparentemente) do sujeito [*subject*] geral “vacas carnívoras”, que elas “não existem”, e que a minha asserção seja verdadeira; nesse caso, não posso estar realmente falando acerca de vacas carnívoras, pois não existem tais vacas. Segue-se, portanto, que a expressão “vacas carnívoras” não está sendo realmente utilizada — não obstante as aparências gramaticais em contrário — para denotar a coisa ou as coisas das quais se afirma o predicado. Da mesma maneira, visto que o verbo “existe” não está significando [*signifying*] a característica afirmada [*asserted*],

embora pareça, do ponto de vista gramatical, estar significando tal característica, o predicado real deverá ser procurado alhures.

Assim, foi necessário rejeitar a pista indicada pela gramática, sugerindo-se, então, a análise segundo a qual “vacas carnívoras não existem” significa [*means*] aquilo que é significado [*meant*] por “nenhuma vaca é carnívora” ou por “nenhum animal carnívoro é vaca”. A ideia, contudo, ainda demandava aperfeiçoamentos adicionais.

“Unicórnios não existem” parece significar [*mean*] aquilo que é significado por “nada é ao mesmo tempo quadrúpede e herbívoro e portador de um único chifre” (ou quaisquer que sejam os traços característicos de um unicórnio). Ora, esse último enunciado não parece implicar que existam alguns animais quadrúpedes ou herbívoros.

Assim, “vacas carnívoras não existem” deveria se exprimir por “nada é ao mesmo tempo vaca e carnívoro”, esse último não implicando, tal como está formulado, que algo seja uma ou outra coisa.

Consideremos agora algo que, aparentemente, é um sujeito singular, como em “Deus existe” ou em “Satã não existe”. Se for correta a análise acima, então também aqui “Deus” e “Satã”, a despeito das aparências gramaticais, serão, na realidade, expressões predicativas. Isto é, essas expressões constituem, na asserção segundo a qual alguma coisa possui uma característica especificada, aquele elemento que significa [*signifies*] a característica pela qual se afirma que o sujeito é caracterizado. “Deus existe” deve significar [*mean*] aquilo que é significado [*meant*] por “alguma coisa, e uma só, é onisciente, onipotente e infinitamente boa” (ou quaisquer que sejam as outras características que estão condensadas na característica composta de ser um deus e o único deus). “Satã não existe”, por sua vez, deve significar aquilo que é significado por “nada é

ao mesmo tempo diabólico e a única coisa a ser diabólica” ou, talvez, por “nada é ao mesmo tempo diabólico e chamado ‘Satã’” ou, ainda, por “‘Satã’ não é o nome próprio de coisa alguma”. Podemos dizê-lo aproximadamente nos seguintes termos: “*x* existe” e “*x* não existe” não afirmam ou negam que um determinado sujeito de atributos, *x*, tem o atributo de existir; ao contrário, afirmam ou negam, a propósito de alguma coisa que não é nomeada no enunciado, o atributo de ser *x*-ico [*x-ish*] ou de ser um *x*.

Posso agora pôr as minhas cartas na mesa. Direi, então, que expressões como “vacas carnívoras não existem” são sistematicamente enganadoras [*systematically misleading*] e que as expressões mediante as quais nós as parafraseamos não são sistematicamente enganadoras ou, pelo menos, que elas não o são no mesmo sentido ou na mesma medida. Aquelas expressões, contudo, não são falsas nem sem sentido [*senseless*]. Ao contrário, elas são verdadeiras e realmente significam [*mean*] aquilo que significam [*mean*] as suas paráfrases menos sistematicamente enganosas. Por outro lado, tampouco é verdade (exceto com relação a uma classe específica de casos) que o autor não filosófico dessas expressões ignore ou tenha dúvidas quanto à natureza do estado de coisas que a sua expressão registra. Tal autor não está de modo algum equivocado [*misled*]. Existe uma armadilha, porém, na sua forma de expressão, mas uma armadilha que só ameaça aquele que já começou a generalizar acerca de espécies ou tipos [*sorts or types*] de estados de coisas, e que supõe que todo enunciado fornece, na sua sintaxe, uma indicação relativa à forma lógica do fato por ele registrado. Não me refiro aqui apenas e nem mesmo em primeiro lugar ao filósofo, mas a qualquer pessoa que se engaje em abstrações.

Antes de desenvolver esse tema, porém, quero generalizar os resultados alcançados no exame que realizamos a respeito do que podemos agora

descrever como “enunciados pretensamente existenciais”. Essa tarefa é tanto mais necessária pelo fato de que, embora a maioria dos filósofos esteja agora prevenida por Kant contra o sistemático caráter enganoso [*the systematic misleadingness*] de “Deus existe”, muito poucos observaram que o mesmo defeito contamina um vasto número de outras expressões.

Se “Deus existe” significa [*means*] aquilo que dissemos que ele significa, então é evidente que “Deus é um ente [*existent*]”, “Deus é uma entidade”, “Deus tem ser” ou “existência” exigem também a mesma análise. Por conseguinte, “... é um ente [*existent*]” e “... é uma entidade” não são mais do que predicados espúrios, e aquilo de que são (do ponto de vista gramatical) afirmados não é mais do que um sujeito espúrio.

E o mesmo vale para todos os itens que figuram no seguinte par de listas.

O sr. Baldwin —

- é um ser.
- é real, ou uma realidade.
- é uma entidade genuína.
- é uma substância.
- é um objeto, ou uma entidade real.
- é objetivo.
- é uma realidade concreta.
- é um objeto.
- é.

O sr. Pickwick —

- é uma não entidade.
- é irreal, uma irrealidade ou uma aparência.
- é uma entidade espúria ou pretensa.
- não é uma substância.
- é um objeto ou uma entidade irreal.
- não é objetivo, ou é subjetivo.
- é uma ficção, ou uma invenção.
- é um objeto imaginário.
- não é.
- é uma simples ideia.
- é uma abstração.
- é uma construção lógica.

Nenhum desses enunciados realmente trata do sr. Pickwick. Com efeito, se são verdadeiros, não existe nenhuma pessoa acerca da qual possam tratar. Nenhum deles, tampouco, trata do sr. Baldwin, pois, se fossem falsos, não haveria nenhuma pessoa acerca da qual poderiam tratar. Além disso, em nenhum deles o predicado gramatical é aquele elemento no enunciado que significa [*signifies*] a característica que se afirma estar ou não caracterizando alguma coisa.

De maneira um tanto grosseira, formulo, então, a minha conclusão como segue. Há uma classe de enunciados cujo predicado gramatical *parece* [*appears*] significar [*signify*] não a posse de uma característica específica, mas a posse (ou a não posse) de um estatuto [*status*] específico. Em todos esses enunciados, contudo, a aparência é puramente gramatical e aquilo que os enunciados realmente registram pode ser enunciado em outros enunciados que não contêm esses predicados quase ontológicos.

Além disso, em todos esses enunciados quase ontológicos, a palavra ou locução que exprime o sujeito gramatical *parece* denotar ou fazer referência a alguma coisa como algo de que se predica o predicado quase ontológico. Na realidade, porém, o aparente termo para o sujeito é uma expressão predicativa camuflada e aquilo que é efetivamente registrado nesses enunciados pode ser reenunciado em outros enunciados cujas partes nem chegam sequer a fazer referência a algum sujeito.

Numa suma, todos os enunciados quase ontológicos são sistematicamente enganadores. (Se estou certo em relação a isso, segue-se a conclusão — que estou disposto a aceitar — de que os maiores pecadores são aqueles filósofos metafísicos que fizeram da “Realidade” ou do “Ser” o sujeito das suas proposições, ou de “real” o seu predicado. Com efeito, o que esses filósofos dizem é, na melhor das hipóteses, sistematicamente enganoso — o que é o tipo de coisa que as proposições dos filósofos não têm o direito de ser — e, na pior das hipóteses, algo destituído de significação [*meaningless*].)

Devo novamente advertir que a pessoa que ingenuamente emprega essas expressões quase ontológicas não está necessariamente nem sequer provavelmente equivocada [*misled*]. Ela disse o que pretendia dizer, e qualquer pessoa que soubesse português compreenderia o que ela estava dizendo. Além disso, eu acrescentaria que, nos casos que arrolei acima, os

enunciados não são apenas significantes, mas verdadeiros. Cada um deles registra um estado de coisas autêntico. Por outro lado, também não é *necessário* que induzam o filósofo a erro [*mislead the philosopher*]. Espero não estarmos nós, por exemplo, equivocados [*misled*]. A questão, no entanto, é que qualquer pessoa, incluindo o filósofo, que abstrai e generaliza, tentando considerar aquilo que diferentes fatos do mesmo tipo (isto é, fatos do mesmo tipo acerca de coisas diferentes) têm em comum, se vê obrigada a utilizar a forma gramatical comum dos enunciados daqueles fatos como alças com as quais possa apreender a forma lógica comum dos próprios fatos. Com efeito (e é algo que veremos mais adiante), visto que a maneira segundo a qual um fato *deveria* ser registrado *constituiria* uma indicação quanto à forma desse fato, passamos imediatamente a supor que o modo no qual um fato *é* concretamente registrado *constitui* uma indicação desse gênero. Muitas vezes, porém, a indicação é enganosa, sugerindo que o fato tem uma forma diferente daquela que é realmente a sua forma. De acordo com a sua forma gramatical, “Satã não é uma realidade” parece registrar o mesmo tipo de fato que “Capone não é um filósofo” e, assim como esta última efetivamente nega que alguém chamado “Capone” possui uma determinada característica, também a primeira parece negar que alguém chamado “Satã” possui uma característica especificada. Ora, a sugestão se revela uma fraude, pois o fato registrado seria adequadamente (ou menos inadequadamente) registrado no enunciado “‘Satã’ não é um nome próprio” ou nos enunciados “ninguém ou nada se chama ‘Satã’”, “ninguém ou nada se chama ‘Satã’ e é, ao mesmo tempo, infinitamente malévolo, etc.”, ou talvez no enunciado “algumas pessoas acreditam que alguém se chama ‘Satã’ e é, ao mesmo tempo, infinitamente malévolo, mas a sua crença é falsa”. Ora, nenhum desses enunciados sequer pretende “tratar de Satã”. Ao contrário, são manifestamente acerca do vocábulo [*noise*] “Satã” ou das pessoas que utilizam mal [*misuse*] essa palavra.

Do mesmo modo, embora seja significativo, verdadeiro e diretamente inteligível dizer “o sr. Pickwick é uma ficção”, trata-se de uma expressão sistematicamente enganadora (isto é, de uma expressão enganadora em virtude de uma propriedade formal que tem em comum ou que poderia ter em comum com outras expressões), pois ela não registra realmente, embora pareça registrar, um fato do mesmo tipo daquele que é registrado em “o sr. Baldwin é um político”. O mundo não contém ficções à maneira como contém políticos. Não existe nenhum sujeito de atributos do qual possamos dizer “*eis aqui* uma ficção”. O que podemos fazer é dizer, a propósito de Dickens, “*eis aqui* um contador de histórias”, ou, a propósito dos *Pickwick papers*, “*eis aqui* um pacote de mentiras”, ou, então, a propósito de uma frase que figura nessa novela e que contém o pseudônimo “sr. Pickwick”, podemos também dizer “*eis aqui* uma fábula”. Ora, quando dizemos coisas desse gênero, estamos registrando exatamente aquilo que registrávamos quando dizíamos “o sr. Pickwick é uma ficção”. A diferença está em que as nossas novas expressões, ao contrário das anteriores, não mais sugerem que um sujeito de atributos possui os dois atributos de ser chamado de “sr. Pickwick” e de ser uma ficção. Em lugar disso, as novas expressões sugerem que um sujeito de atributos tem os atributos de se chamar Dickens e de ser um inventor de proposições falsas e de pseudônimos próprios ou, segundo a outra análise, de ser um livro ou uma frase que só poderia ser verdadeiro ou falso se alguém se chamasse “sr. Pickwick”. A proposição “o sr. Pickwick é uma ficção”, a despeito da sua *prima facies*, na realidade trata de Dickens ou dos *Pickwick papers*. Esse fato, contudo, se encontra dissimulado e não é exibido pela forma da expressão na qual é afirmado.

Deve-se assinalar que o sentido no qual esses enunciados quase ontológicos são enganosos não reside no fato de que sejam falsos nem mesmo no fato de que uma palavra qualquer que neles ocorra seja equívoca ou vaga. O sentido

em que são enganosos consiste apenas em serem formalmente inadequados para fatos que possuem uma determinada forma lógica, para cujo registro, justamente, são empregados, sendo, ao contrário, adequados [*proper*] para fatos de uma forma lógica totalmente diversa. Vamos examinar mais adiante quais são as implicações dessas noções de adequação [*property*] e inadequação [*improperty*] formais.

II — Enunciados aparentemente acerca de universais, ou enunciados quase platônicos

Muitas vezes, utilizamos com inteira propriedade expressões como “a impontualidade é repreensível” e “a virtude é a sua própria recompensa”. À primeira vista, esses enunciados parecem corresponder exatamente a “Sílvia merece repreensão” e “Pedro concedeu o prêmio a si mesmo”. Alguns filósofos, então, pensando que aquilo que é significado [*meant*] pelos enunciados do primeiro tipo é exatamente análogo àquilo que é significativo pelos enunciados do segundo tipo, aceitaram a consequência de que o mundo contém pelo menos dois tipos de objetos, a saber, objetos particulares, como Sílvia e Pedro, e objetos “universais”, como Impontualidade e Virtude.

Ora, os absurdos começam imediatamente a proliferar. Obviamente é tolice dizer que um universal merece repreensão. Assim como não podemos cavar buracos no equador, tampouco podemos elogiar ou censurar um “universal”. Além disso, quando dizemos “a impontualidade é repreensível”, não estamos realmente supondo que a impontualidade deveria ter vergonha de si mesma.

Aquilo que significamos com esse enunciado é aquilo que é também significado, porém mais bem expresso, pelo enunciado “todo aquele que for impontual merecerá que os outros o repreendam pela sua impontualidade”.

Com efeito, são as pessoas impontuais, e não a impontualidade, que podem e devem ser censuradas, visto que elas são agentes morais, o que a impontualidade não é.

Ora, a palavra “impontualidade”, na nova expressão “todo aquele que for impontual merecerá repreensão”, desapareceu em favor da expressão predicativa “... é impontual”. De tal sorte que, ao passo que “impontualidade”, na expressão original, parecia denotar o sujeito do qual se afirmava um atributo, a palavra passa agora a significar [*signify*] a posse de um atributo. Assim, estamos dizendo, na realidade, que qualquer pessoa que possui esse segundo atributo, possui também o primeiro.

Por outro lado, não é literalmente verdadeiro que a Virtude seja algo que receba recompensas. O que é verdade é que qualquer pessoa virtuosa se beneficia por ser assim. Todo aquele que for bom ganha alguma coisa por ser bom. O enunciado original, por conseguinte, não era “acerca da Virtude”, mas acerca de homens bons, e a palavra “Virtude” que, naquele enunciado, exprimia o sujeito gramatical, significava [*meant*] aquilo que é significado por “... é virtuoso”, sendo, portanto, ao contrário do que pretendia ser, uma expressão predicativa.

Não é necessário discorrer longamente sobre esse ponto. Não é literalmente verdade que “a honestidade me obriga a declarar isso e aquilo”, pois “honestidade” não é o nome de um agente coercitivo. O que é verdade, nesse caso, é mais adequadamente [*properly*] expresso por “visto que sou honesto ou porque desejo ser honesto, sou obrigado a declarar isso e aquilo”. “A cor envolve extensão” significa aquilo que é significado por “tudo o que é colorido é extenso”. “A esperança adiada torna o coração doente” significa [*means*] aquilo que é significado [*meant*] por “todo aquele que, durante muito tempo, espera por alguma coisa sem alcançá-la, adoece do coração”.

Na minha opinião pessoal, todos os enunciados que parecem “tratar de universais” são analisáveis dessa mesma maneira e, conseqüentemente, creio que os termos gerais nunca são realmente nomes de sujeitos de atributos. Os “universais”, portanto, não são objetos no sentido em que o Monte Everest é um objeto; por conseguinte, o velho problema de saber que espécie [*sort*] de objeto eles são é um problema espúrio. Com efeito, substantivos gerais, adjetivos, etc., não são nomes próprios, de sorte que não podemos falar de “os objetos chamados ‘igualdade’, ‘justiça’ e ‘progresso’”.

Por conseguinte, asserções platônicas e antiplatônicas, do tipo “a igualdade é — ou não é — uma entidade real”, são igualmente enganadoras, e enganadoras de duas maneiras ao mesmo tempo, pois são, simultaneamente, enunciados quase ontológicos e enunciados quase platônicos.

Não pretendo, contudo, defender aqui essa posição geral, limitando-me apenas a mostrar que, em *alguns* casos, certos enunciados que, a partir da sua forma gramatical, parecem dizer que “a honestidade faz isso e aquilo” ou que “a igualdade é assim e assim”, na realidade dizem — de uma maneira formalmente inadequada (embora se trate de uma maneira imediatamente inteligível e idiomáticamente correta) — que “tudo o que é igual é assim e assim” ou que “todo aquele que é honesto é isso e aquilo”. Esses enunciados enunciam abertamente algo que os outros enunciam dissimuladamente, a saber: para que alguma coisa possua um atributo, é necessário que também possua o outro.

É claro que o homem comum que utiliza essas expressões quase platônicas não comete nenhum erro filosófico. Ele simplesmente não está filosofando. A pretensão fraudulenta, que essas proposições incorporam, de serem “acerca da Honestidade” ou “acerca do Progresso”, não o induz a nenhum erro [*mised*]; na verdade, ele nem sequer se dá conta dessa pretensão. Ele sabe o que quer

dizer [*what he means*] e é muito provável que aceite, como uma paráfrase idônea, a nossa maneira (que é formalmente mais adequada [*proper*]) de reenunciar o que ele quer dizer. Por outro lado, contudo, ele não tem nenhum motivo para preferir a forma mais adequada de expressão, não tendo, tampouco, nenhum fundamento para sustentar que ela é mais adequada. Esse homem, com efeito, não está interessado na forma do fato em abstração do tópico [*subject-matter*] específico sobre o qual incide esse fato. Para ele, portanto, a melhor maneira de exprimir alguma coisa é aquela que for mais concisa, mais elegante ou mais enfática, ao passo que aqueles que, como os filósofos, estão obrigados a generalizar a respeito dos *tipos* [*sorts*] de enunciados que devem ser feitos de certos tipos [*sorts*] de fatos acerca de determinados *tipos* [*sorts*] de tópicos, esses não podem se impedir de tratar, como indicações relativas às estruturas lógicas que estão procurando, as formas gramaticais dos tipos [*types*] habituais de expressões nas quais essas estruturas são registradas. Ora, essas indicações muitas vezes são enganadoras [*misleading*].

III — Expressões descritivas e quase descrições

Todos nós utilizamos constantemente expressões da forma “o assim e assim” [*‘the so and so’*]; por exemplo, “o vice-chanceler da Universidade de Oxford”. Com muita frequência, fazemos referência, mediante expressões desse gênero, a um único indivíduo descrito de maneira individualizadora [*one uniquely described individual*]. As expressões “o atual vice-chanceler da Universidade de Oxford” e “a montanha mais alta do mundo” têm essa referência em proposições como: “o atual vice-chanceler da Universidade de Oxford é um homem alto” e “eu não vi a montanha mais alta do mundo”.

Não há nada de intrinsecamente enganoso na utilização de locuções-em-“o” [*‘the’-phrases*] como descrições individualizadoras [*as unique descriptions*], embora sejam, num certo sentido, altamente condensadas ou abreviadas. Os filósofos, contudo, podem cometer erros, e efetivamente os cometem, nas suas elucidações relativas àquilo que tais expressões descritivas significam [*mean*]. Como veremos, o que há de enganoso reside nas locuções-em-“o” que se comportam, do ponto de vista gramatical, como se fossem descrições individualizantes [*unique*] que se referem a indivíduos, quando, na realidade, elas absolutamente não são locuções referenciais. Mas não poderemos examinar essa classe de expressões sistematicamente enganadoras antes de considerar a maneira como as descrições individualizantes genuínas fazem referência.

Uma locução descritiva não é um nome próprio; a maneira pela qual o sujeito de atributos que ela denota é denotado por ela não consiste em que esse sujeito é chamado “o assim e assim”, mas, em vez disso, em que ele possui e é, *ipso facto*, o único a possuir o atributo específico, que é aquilo que a locução descritiva significa [*signifies*]. Se Toninho é o filho mais velho de Sílvio, a locução “o filho mais velho de Sílvio” denota Toninho — mas não porque alguém o chama de “o filho mais velho de Sílvio” e, sim porque só ele é, e mais ninguém pode ser, um filho de Sílvio e, ao mesmo tempo, mais velho do que todos os outros filhos de Sílvio. Em outros termos, a locução descritiva em questão não é um nome próprio, mas uma expressão predicativa que significa [*signifying*] as características simultâneas de ser um filho de Sílvio e de ser mais velho do que os outros filhos de Sílvio. Além disso, ela se refere a Toninho apenas no sentido em que Toninho, e somente Toninho, possui essas características.

Em nenhum sentido essa locução significa [*mean*] Toninho. Veremos logo adiante que não teria sentido dizer isso. Ela significa [*means*] aquilo que é significado pela expressão predicativa “... é um filho de Sílvio e, ao mesmo tempo, mais velho do que os seus outros filhos”, sendo ela própria, portanto, apenas uma expressão predicativa. Por “expressão predicativa” entendo [*mean*] aquele fragmento de um enunciado em virtude do qual se exprime a posse de uma determinada característica ou de certas características. Ora, a posse de uma determinada característica não constitui um sujeito de atributos, mas a parte final, por assim dizer, dos fatos segundo os quais alguns sujeitos de atributos possuem a característica e outros não. Por si só, tal fragmento não nomeia o sujeito que possui a característica em questão, não registrando, tampouco, o fato de que um sujeito qualquer a possui. Na realidade, esse fragmento de enunciado não pode ocorrer sozinho, mas somente enquanto um elemento, a saber, enquanto elemento predicativo de um enunciado completo.

Assim, o enunciado completo “o filho mais velho de Sílvio casou hoje” significa [*means*] aquilo que é significado por “alguém (isto é, Toninho) (1) é um filho de Sílvio, (2) é mais velho do que os outros filhos de Sílvio (essa parte poderia ser submetida a uma análise mais elaborada) e (3) casou hoje”.

O enunciado completo não poderia ser verdadeiro se não fossem verdadeiros os três ou mais enunciados que o compõem. O fato de enunciar (1) e (2), no entanto, não garante *que* exista alguém de quem ambos sejam verdadeiros. (Nenhum enunciado pode assegurar a sua própria verdade.) Por conseguinte, a expressão caracterizadora “... é o filho mais velho de Sílvio” não *significa* [*mean*] Toninho, no sentido de ser o seu nome próprio nem no sentido de ser uma expressão cuja compreensão envolva o conhecimento de que Toninho possui essa característica peculiar. Essa expressão só *faz referência* a Toninho no sentido de que os ouvintes bem informados já saberão que Toninho, e

somente Toninho, possui de fato essa característica específica. Esse conhecimento, porém, não faz parte daquilo que é necessário conhecer para compreender o enunciado “o filho mais velho de Sílvio casou hoje”. Com efeito, poderíamos saber o que tal enunciado significa sem saber que Toninho é o filho mais velho ou que ele casou hoje. Tudo o que devemos saber é que é necessário que alguém seja caracterizado dessa dupla maneira a fim de que o enunciado completo seja verdadeiro.

Com efeito, compreender um enunciado ou apreender o que um enunciado significa não é saber que o enunciado registra esse ou aquele fato, mas saber o que *seria* o caso se o enunciado *fosse* o registro de um fato.

Não existe compreensão ou apreensão da significação de um nome próprio isolado ou de uma descrição individualizante [*unique description*], isolada. Com efeito, ou sabemos que alguém em particular é chamado por esse nome por certas pessoas ou então que alguém em particular possui as características peculiares, significadas [*signified*] pela expressão descritiva — o que exige, da nossa parte, familiaridade com o nome ou com a descrição e, ao mesmo tempo, com a pessoa nomeada ou descrita. Ou então não sabemos essas coisas e, nesse caso, não sabemos que o quase nome é realmente um nome ou que a quase descrição individualizante realmente descreve alguém. Apesar disso, podemos compreender os enunciados em que ocorrem quase nomes ou quase descrições individualizantes, pois podemos saber o que seria o caso se alguém fosse chamado por esse nome ou pudesse ser descrito por aquela descrição e se, ao mesmo tempo, possuísse também as outras características dele predicadas nos predicados do mesmo enunciado.

Vemos, então, que as locuções descritivas são expressões predicativas condensadas e, por conseguinte, que a sua função consiste em ser aquele elemento ou (o que é mais frequente) em ser um daqueles elementos dos

enunciados (que, tomados globalmente, registram que alguma coisa possui uma ou mais características) mediante os quais se exprime a posse dessa ou daquela característica.

Também é bastante fácil chegar a essa mesma constatação por meio de uma outra perspectiva.

Consideremos qualquer locução-em-“o” [*the*-phrase] que seja utilizada referencialmente, com naturalidade, como sujeito gramatical de uma frase; por exemplo, a locução “o vice-chanceler da Universidade de Oxford” na frase “o vice-chanceler da Universidade de Oxford é um homem muito ocupado”. Podemos, então, tomar a locução descritiva, colocá-la à parte, à disposição, nas prateleiras de um estoque e passar a utilizá-la não referencialmente numa série de enunciados e expressões: “quem é o atual vice-chanceler da Universidade de Oxford?”, “o sr. Tal-e-Tal é o atual vice-chanceler da Universidade de Oxford”, “Jorge Carpentier não é o atual vice-chanceler da Universidade de Oxford”, “o sr. Assim-e-Assim é o vice-chanceler ou o procurador geral da Universidade de Oxford”, “todo aquele que for vice-chanceler da Universidade de Oxford é alguém muito ocupado”, etc. Nos casos de enunciados negativos, hipotéticos e disjuntivos que contêm essa expressão predicativa comum, é claro que não está implicado nem mesmo se sugere que alguém efetivamente ocupa o cargo de vice-chanceler. A locução-em-“o” será aqui, portanto, inteiramente não referencial, sequer pretendendo denotar alguém. Essa expressão significa [*signifies*] uma característica específica, mas não implica que alguém a possua. Isso nos remete à nossa conclusão original segundo a qual uma expressão descritiva não *significa* [*mean*], em nenhum sentido, uma pessoa ou uma coisa determinada. Ou, em outros termos, que podemos compreender um enunciado que contém uma expressão descritiva sem, no entanto, saber que a descrição se aplica a esse ou

àquele sujeito de atributos. (Na realidade, não é nem mesmo necessário justificar elaboradamente essa posição, pois ninguém que respeite o sentido [*sense*] jamais sequer sonharia em apontar para alguém ou para alguma coisa dizendo “essa é a significação [*meaning*] de tal e tal expressão”, ou “a significação daquela locução é estar gripado”. “Sócrates é uma significação [*meaning*]” é uma frase sem sentido. Todo o problema a respeito da denotação [*denoting*] parece derivar da suposição de que seria possível descrever, de maneira significativa, um objeto como “a significação [*meaning*] da expressão ‘x’” ou como “aquilo que a expressão ‘x’ significa”. É perfeitamente legítimo, sem dúvida, dizer que uma locução descritiva se *refere* ou se *aplica* [*fit*] a tal homem ou a tal montanha, e é perfeitamente legítimo descrever esse homem ou aquela montanha como aquilo a que a expressão “x” se refere. Mas isso é simplesmente dizer que esse homem ou aquela montanha tem, e é o único a ter, as características cuja posse se exprime no fragmento frasal predicativo “... é o tal-e-tal”).

Tudo isso não faz mais do que nos remeter a uma outra classe de expressões sistematicamente enganadoras. De sua parte, contudo, as locuções-em-“o” que estivemos examinando, quer ocorram como sujeitos gramaticais, quer ocorram como predicados de enunciados, não são formalmente fraudulentas. Não há nada na forma gramatical das frases citadas que sugira que os fatos por elas registrados são de uma forma lógica diversa daquela que eles realmente possuem.

O argumento acima pretendeu ser uma crítica a determinados erros filosóficos atuais ou possíveis. Esses erros, entretanto, são erros acerca de expressões descritivas e não erros *devidos* a embustes presentes nas expressões descritivas enquanto tais. Os erros que estive tentando afastar consistem, aproximadamente, nas opiniões segundo as quais (1) as locuções descritivas

são nomes próprios e (2) a coisa que uma descrição descreve é aquilo que a descrição significa [*mean*]. Desejo agora, por fim, abordar o problema que adiei tantas vezes, passando a examinar uma outra classe de expressões sistematicamente enganadoras.

Locuções-em-“o” quase referenciais que são sistematicamente enganadoras

1. No discurso comum, frequentemente aparecem certas expressões que, embora sejam locuções-em-“o”, simplesmente não são descrições individualizantes [*unique descriptions*], ainda que, pela sua forma gramatical, pareçam sê-lo. O homem que não se põe a abstrair e a generalizar pode utilizá-las sem nenhum perigo ou perplexidade, sabendo muito bem o que quer dizer [*what he means*] com as frases que as contêm. O filósofo, porém, para não cair em armadilhas, está obrigado a reenunciá-las numa disposição de palavras diferente e formalmente mais apropriada.

Quando uma locução descritiva é utilizada como sujeito gramatical de uma frase de maneira formalmente não enganadora, como em: “o rei foi à caça hoje”, sabemos que, se o enunciado como um todo for verdadeiro (ou mesmo falso), deve haver no mundo alguém em particular a quem a descrição “o rei” se refere ou se aplica. Além disso, também poderíamos, nesse caso, perguntar de maneira significativa “quem é o rei?” ou “o pai do príncipe de Gales e o rei são uma só e mesma pessoa?”

Logo a seguir, veremos, entretanto, que existem, na utilização corrente, certas locuções quase descritivas da forma “o assim-e-assim” [*the so-and-so*] em cujos casos não há no mundo ninguém ou nada que possamos descrever como

aquilo a que a locução em questão se refere ou se aplica. Veremos, portanto, que, em relação a esses casos, não há nada nem ninguém acerca do qual ou acerca de quem possamos sequer perguntar: “é este o assim-e-assim?” ou “esta pessoa e o assim-e-assim são uma só e mesma pessoa?”

Isso pode acontecer de vários modos. Consideremos, em primeiro lugar, o enunciado — verdadeiro e claramente inteligível — “Poincaré não é o rei da França”. À primeira vista, esse enunciado parece formalmente análogo a “Toninho não é (isto é, não é idêntico a) o rei da Inglaterra”. Mas a diferença entre os dois aparece imediatamente. Com efeito, ao passo que, com relação ao último enunciado, se ele for verdadeiro, a sua conversa (“o rei da Inglaterra não é Toninho”) também será verdadeira, isso não ocorre com o primeiro, pois a sua conversa (“o rei da França não é Poincaré”) não é nem verdadeira nem falsa. Não existe, com efeito, nenhum rei da França e a frase “o rei da França” não se aplica a ninguém. De resto, o homem comum que diz: “Poincaré não é o rei da França” não está supondo o contrário. Nesse enunciado, portanto, a locução “o rei da França” não é análoga à “o rei da Inglaterra” que figura em outros enunciados. Na realidade, aquela expressão não está sendo utilizada de maneira referencial ou como uma descrição individualizante relativa a alguém.

Podemos agora reescrever as proposições contrastadas em formas verbais [*forms of words*] que anunciem claramente a diferença — dissimulada pelas proposições originais — entre as formas dos fatos registrados por uma e outra.

“Toninho não é a mesma pessoa que o rei da Inglaterra” significa [*means*] aquilo que é significado por “(1) alguém e (num círculo não especificado) uma só pessoa se chama Toninho; (2) alguém e uma só pessoa possui poder real na Inglaterra; e (3) ninguém se chama Toninho e é o rei da Inglaterra”. O enunciado original não poderia ser verdadeiro se (1) e (2) não fossem verdadeiros.

Considere agora a frase “Poincaré não é o rei da França”. Ela significa que aquilo que é significado por “(1) Alguém se chama “Poincaré” e (2) Poincaré não tem o título de Rei da França”. Isso não implica que alguém tenha esse título.

Essa utilização dupla — a saber, a utilização referencial e a utilização não referencial — das locuções-em-“o” pode às vezes nos embarçar na simples prática do discurso comum. Certas pessoas poderiam facilmente pensar que “Pedro não é o único homem a ter escalado o Monte Branco” significa [*means*] aquilo que é significado por “um homem e um só escalou o Monte Branco, mas Pedro não é esse homem”; outras pessoas, ao contrário, poderiam pensar que o enunciado significa aquilo que é significado por “Pedro escalou o Monte Branco, mas pelo menos um outro homem também o escalou”. Não estou interessado, contudo, na ocasional ambiguidade de expressões como essa, mas no fato de que uma expressão desse tipo (que, na realidade, está sendo utilizada de maneira não referencial) pode ser interpretada como se ela *devesse* ser utilizada referencialmente, ou como se toda locução-em-“o” fosse utilizada referencialmente. Os filósofos e outras pessoas que são obrigadas a abstrair e a generalizar tendem, em virtude da semelhança verbal entre as locuções-em-“o” de um tipo e as locuções-em-“o” do outro, a ser induzidos ao erro [*to be misled*] de “forjar entidades”, a fim de poderem mostrar a que se refere uma determinada locução-em-“o”.

Consideremos, em primeiro lugar, as locuções “o topo daquela árvore” ou “o centro daquele arbusto” tal como elas ocorrem em enunciados do tipo “uma coruja está pousada no topo daquela árvore” e “a minha flecha atravessou o centro daquele arbusto”. Não há nada de ambíguo nesses enunciados, que transmitem de maneira clara e direta aquilo que pretendem transmitir.

Por outro lado, no entanto, dado que têm a sintaxe análoga à de “um homem está sentado ao lado do vice-chanceler” e à de “a minha flecha atravessou a cortina” e, além disso, dado que seria possível compor uma lista indefinida de diferentes enunciados que teriam em comum as locuções-em-“o”: “o topo daquela árvore” e “o centro daquele arbusto”, torna-se difícil, nessas condições, para as pessoas que generalizam, escapar à tentação de supor ou até de acreditar que essas locuções-em-“o” se referem a objetos à maneira como “o vice-chanceler” e “a cortina” se referem a objetos. Ora, isso equivale a supor que o topo daquela árvore constitui um autêntico sujeito de atributos, exatamente da mesma maneira como o vice-chanceler.

Ao mesmo tempo, porém, a locução “o topo da árvore” revela não estar fazendo referência a nenhum objeto (salvo quando está sendo inadequadamente utilizada [*misused*] pela expressão “o mais alto galho” ou por “a mais alta folha da árvore”). Não há nada no mundo de que se possa afirmar com verdade (ou com falsidade): “este é o topo de tal e tal árvore”. A expressão não se refere, por exemplo, a uma parte da árvore que possa ser cortada e queimada ou colocada num vaso. “O topo da árvore” não se refere a nada; em vez disso, a expressão significa [*signifies*] um atributo (a saber, o de possuir uma posição relativa) quando ela ocorre em enunciados da forma “x está no topo da árvore, perto, abaixo ou acima do topo da árvore”. Para dizê-lo em termos grosseiros e crus: ela não faz referência a uma coisa, mas significa que uma coisa está em determinado local. Podemos também dizer que ela significa não uma coisa, mas a situação ou localização de uma coisa, como a localização de um ramo ou de uma folha que se encontra mais alto do que qualquer outro ramo ou folha da árvore. Por conseguinte, não faz sentido dizer que ora um ramo ora outro está no topo da árvore. Ao contrário, “no topo da árvore” não significa mais do que aquilo que é significado por “mais alto do

que qualquer outra parte da árvore”; ora, ninguém poderia tomar essa última locução por uma locução referencial do tipo “o atual vice-chanceler”.

O lugar de uma coisa ou o paradeiro de uma coisa não é uma coisa, mas o parte final do fato de que alguma coisa está aqui ou ali. “Onde a abelha suga, ali sugo eu”; mas é o trevo que ali está que contém o mel, e não a localização do trevo. Tudo isso significa apenas que, embora possamos utilizar locuções quase descritivas que nos permitam enunciar onde alguma coisa está, que a coisa está aqui ou ali é algo que constitui uma característica relacional da coisa, e não um sujeito de características.

Desconfio de que um bom número de equívocos cartesianos e talvez newtonianos acerca do espaço e do tempo tenham origem no caráter *sistematicamente* enganador das locuções-em-“o” que utilizamos para datar e para localizar as coisas, locuções essas do tipo “a região ocupada por x”, “a trajetória percorrida por y”, “o momento ou a data em que z aconteceu”. Não foi percebido que essas expressões não são mais do que expressões predicativas rebuscadas [*hamstrung*] e que elas não são expressões descritivas utilizadas de maneira referencial, não sendo nem mesmo consideradas como tais, do mesmo modo como “o rei da França”, na frase “Poincaré não é o rei da França”, não é, de hábito, tratada como se fosse uma locução-em-“o” utilizada referencialmente.

Consideremos um outro caso. “Sílvio detesta a ideia de ir para o hospital” ou “a ideia de aproveitar um feriado acaba de me ocorrer”. Essas locuções quase descritivas sugerem que existe um objeto no mundo que é aquilo que é referido pela frase “a ideia de ir para o hospital” e um outro objeto que é aquilo que é referido por “a ideia de aproveitar um feriado”. E foi, de algum modo, em parte por meio da aceitação da aparência [*prima facies*] gramatical dessas expressões, que certos filósofos vieram a acreditar na existência de

“ideias”, “concepções” e “pensamentos” ou “juízos”, tão piamente quanto os seus predecessores acreditaram (por razões semelhantes) na existência de formas substanciais, ou como as crianças acreditam (ainda por razões similares) na existência do equador, do céu e do polo norte.

Se nós as reenunciarmos, porém, ficará bem claro que essas expressões não constituem nenhuma evidência em favor da demonologia lockiana. Com efeito, “Sílvio detesta a ideia de ir para o hospital” significa apenas aquilo que é significado por “Sílvio fica angustiado quando pensa no que irá sofrer quando for para o hospital”. Assim, a locução “a ideia de...” se transformou em “sempre que pensa em...”, a qual nem mesmo aparenta conter uma referência a qualquer outra entidade além de Sílvio e, talvez, de hospital. Para que o novo enunciado seja verdadeiro, é necessário que o mundo contenha um Sílvio que algumas vezes está pensando e outras vezes dormindo, por exemplo. Mas não é necessário que o mundo contenha Sílvio e, ao mesmo tempo, o pensamento ou a “ideia disso e daquilo”, assim como tampouco é necessário que ele contenha alguém chamado “Sílvio” e, ao mesmo tempo, alguma coisa chamada “dormir”.

De maneira similar, o enunciado: “a ideia de aproveitar um feriado acaba de me ocorrer” parece ser, do ponto de vista gramatical, análogo a “aquele cachorro acaba de me morder”. Ora, assim como o mundo deverá conter a mim e ao cachorro se essa última for verdadeira, assim também parece que o mundo deverá conter a mim e a ideia de aproveitar um feriado se a primeira for verdadeira. Tal aparência, porém, é ilusória. Com efeito, embora eu não possa reenunciar a minha reclamação contra o cachorro numa frase que não contenha uma locução descritiva que faça referência a ele, eu posso facilmente fazê-lo, ao contrário, com relação ao enunciado acerca de “a ideia de

aproveitar um feriado”; por exemplo, reenunciando-o no enunciado “acaba de me ocorrer que eu bem poderia aproveitar um feriado”.

A ausência de uma análise da expressão quase descritiva “a significação [*meaning*] da expressão ‘x’” engendrou, na própria lógica e na epistemologia, um vasto número de erros desse mesmo gênero. Desconfio de que todas as doutrinas errôneas a respeito dos conceitos, ideias, termos, juízos, proposições objetivas, conteúdos, objetividades [*objectives*] e outras entidades do gênero, derivam dessa mesma falácia, a saber, a de que deve haver algo referido por expressões como “a significação da palavra (da locução ou da frase) ‘x’”, alguma coisa que tenha o mesmo estatuto que o policial efetivamente referido pela primeira locução descritiva da frase “o policial do nosso bairro é apaixonado por futebol”. Para escapar à confusão, é preciso perceber que algumas locuções-em-“o” só se assemelham quanto à gramática e não quanto à função às locuções descritivas utilizadas referencialmente; perceba, por exemplo, que, no caso mencionado, “a significação de ‘x’” é uma expressão predicativa utilizada não referencialmente, exatamente como “o rei da França” na frase “Poincaré não é o rei da França”.

É claro que o homem comum, ao fazer enunciados que contêm expressões como “a significação de ‘x’”, não está pretendendo que ele próprio ou que qualquer outra pessoa esteja fazendo referência a um estranho objeto novo. Não lhe passa pela cabeça que a locução possa ser erroneamente interpretada [*misconstrued*] como uma locução descritiva utilizada referencialmente. Ele não é culpado, portanto, de nenhum erro ou infração filosófica. Apesar de tudo, porém, a sua forma de palavras não deixa de ser sistematicamente enganadora. Com efeito, a total semelhança de forma gramatical entre “o policial do bairro é de inteira confiança” e “a significação de ‘x’ é dúbia” ou

entre “acabo de encontrar o policial do bairro” e “acabo de captar a significação de ‘x’”, dissimula uma diferença capital quanto à forma lógica.

(Por conseguinte, visto que não existe um objeto que possa ser descrito como aquilo que é referido pela expressão “a significação de ‘x’”, as questões relativas ao estatuto desses objetos são destituídas de significação [*meaningless*]. Discutir se as significações de palavras [*word-meanings*] (isto é, “conceitos” ou “universais”) são subjetivas ou objetivas, ou se as significações sentenciais [*sentence-meanings*] (isto é, “juízos” ou “objetividades” [*objectives*])) são uma ou outra coisa, é tão despropositado quanto perguntar se o equador ou o céu é objetivo ou subjetivo. As próprias questões, com efeito, não são acerca de coisa alguma.)

Tudo isso absolutamente não nos impede, é claro, de utilizar, de forma inteligente e inteligível, frases que contenham a expressão “a significação de ‘x’”, desde que seja possível reescrevê-la como “o que ‘x’ significa”. Nesse caso com efeito, a locução-em-“o” estaria sendo utilizada predicativamente e não como uma descrição individualizante. “A significação [*meaning*] de ‘x’ é idêntica à significação de ‘y’” é uma frase equivalente à “‘x’ significa [*means*] o que ‘y’ significa”, e essa pode ser compreendida sem que tenhamos nenhuma tentação de multiplicar entidades.

Apesar de tudo, porém, esse argumento incide apenas sobre um caso bem específico do caráter enganador sistemático [*the systematic misleadingness*] de certas quase descrições.

2. Há ainda uma outra classe de utilizações de locuções-em-“o” igualmente suscetíveis de engendrar interpretações filosóficas errôneas, embora eu não esteja muito certo, pessoalmente, de poder evocar nenhum bom exemplo de erros efetivamente cometidos a partir dessa origem.

Suponhamos que eu diga o seguinte: “a derrota do Partido Trabalhista me surpreendeu”; o que eu disse poderia, nesse caso, ser parafraseado corretamente por “o fato de que o Partido Trabalhista foi derrotado constituiu uma surpresa para mim” ou por “o Partido Trabalhista foi derrotado e estou surpreso de que o tenha sido”. A locução-em-“o”, aqui, não faz referência a uma coisa, sendo apenas um registro resumido de que alguma coisa aconteceu. Ora, esse modo de falar é tão comum quanto cômodo. Em lugar de “visto que A é B, C é D”, sempre podemos dizer: “o caráter D [*the D-ness*] de C é devido ao caráter B [*the B-ness*] de A”. “O rigor do inverno é responsável pelo alto preço das couves” significa aquilo que é significado por “as couves estão caras porque o inverno foi rigoroso”.

Por outro lado, se eu disser “a derrota do Partido Trabalhista ocorreu em 1931”, a locução-em-“o”, nesse caso, estará sendo utilizada referencialmente para descrever um acontecimento e não como o registro resumido de um fato. Os acontecimentos, com efeito, têm datas, fatos não. Em consequência, os fatos registrados nos seguintes enunciados gramaticalmente semelhantes: “a derrota do Partido Trabalhista me surpreendeu” e “a derrota do Partido Trabalhista ocorreu em 1931”, são muito diferentes quanto à forma lógica. Esses dois tipos de fatos, além disso, são formalmente bem distintos deste terceiro fato que é registrado no enunciado: “a vitória do Partido Trabalhista teria me surpreendido”. Essa frase, com efeito, não se refere a um acontecimento nem tampouco registra o fato de que o Partido Trabalhista foi o vencedor; ela diz, ao contrário, “se o Partido Trabalhista tivesse vencido, eu teria ficado surpreso”. Nesse caso, portanto, a locução-em-“o” é uma prótase. Por outro lado, todas essas três utilizações de locução-em-“o” diferem, quanto ao tipo de significância [*significance*], de “a derrota do Partido Conservador nas próximas eleições é provável”, “possível” ou “impossível”. Essas frases significam [*mean*], com efeito, que “os dados relevantes disponíveis são em

favor da”, ou “não são incompatíveis com” ou “são incompatíveis com a derrota do Partido Conservador nas próximas eleições”.

Existem, portanto, pelo menos esses quatro tipos diferentes de fatos que podem ser e que, no discurso comum, são registrados, de modo apropriado e inteligível, em enunciados que contêm locuções-em-“o” que não podem ser distinguidas entre si de um ponto de vista meramente gramatical. É possível, contudo, reenunciá-los em formas verbais [*forms of words*] que, em virtude das suas formas gramaticais específicas, realmente exibam as diversas estruturas lógicas dos diferentes tipos de fatos registrados.

3. Por último, devo ainda pelo menos mencionar uma outra classe de locuções-em-“o” sistematicamente enganadoras. Podemos considerar que as frases “a baleia não é um peixe e sim um mamífero” e “o verdadeiro inglês detesta o jogo sujo” ambas registram fatos. Nenhuma delas, porém, trata desta baleia ou deste inglês em particular, ambas podendo ser verdadeiras mesmo se não existissem baleias ou verdadeiros ingleses. Tais enunciados são, provavelmente, enunciados hipotéticos camuflados. Quero apenas assinalar aqui, contudo, que é óbvio que são camuflados.

Escolhi esses três tipos principais de expressões sistematicamente enganadoras porque todas, igualmente, são enganadoras numa determinada direção. Todos os casos examinados sugerem a existência de novos tipos de objetos ou — para dizê-lo de outra forma — todos eles nos induzem à tentação de “multiplicar entidades”. Em cada uma delas e em todos (isto é, no caso, das expressões quase ontológicas, das expressões quase platônicas e das expressões quase descritivas), considera-se erradamente que uma determinada expressão é uma expressão denotativa [*denoting*], quando, na realidade, ela não denota, sendo simplesmente semelhante do ponto de vista gramatical a

expressões que são utilizadas para denotar. Na minha perspectiva, portanto, o preceito de Occam era este: “Não tratar todas as expressões que, do ponto de vista gramatical, são semelhantes aos nomes próprios ou às locuções-em-“o” utilizadas referencialmente, como se, simplesmente por isso, de fato fossem nomes próprios ou locuções-em-“o” utilizadas referencialmente”.

Além desses, porém, existem ainda outros tipos de expressões sistematicamente enganadoras. Limitar-me-ei aqui a apenas mencionar alguns tipos que me ocorrem agora.

“Sílvio é um suposto assassino” ou “um assassino presumido”, “Pedro é um possível ou provável prefeito”, “Roberto é um herói pretenso, aparente, simulado, espúrio ou falso”, “José é um membro do Parlamento futuro ou um membro do Parlamento passado”, etc. Todas essas frases sugerem algo que não significam [*mean*], insinuando que os sujeitos nomeados constituem uma espécie [*kind*] particular de assassino, de prefeito, de herói ou de membro do Parlamento. Ser um suposto assassino, no entanto, não implica logicamente [*entail*] ser um assassino, assim como ser um provável prefeito não implica logicamente [*entail*] ser um prefeito.

“Sílvio é popular” sugere que ser popular é algo como ser sábio, isto é, uma qualidade; na verdade, porém, trata-se de uma característica relacional, a qual não caracteriza Sílvio diretamente, mas as pessoas que gostam dele. “Sílvio é popular” significa [*means*], portanto, aquilo que é significado por “inúmeras pessoas gostam de Sílvio e o número das pessoas que gostam dele é maior do que o número das que não gostam ou das que são indiferentes a ele”, ou por qualquer outra sentença desse gênero.

Creio já ter mostrado, entretanto, um número suficiente de exemplos para evidenciar em que sentido certas expressões podem aparentar significar

[*mean*] algo totalmente diferente daquilo que de fato significam. Consequentemente, penso que mostrei em que sentido algumas expressões são sistematicamente enganadoras.

Tenho por estabelecido, portanto, (1) que aquilo que é exprimido numa expressão pode, muitas vezes, ser exprimido em expressões que possuem formas gramaticais totalmente diferentes e (2) que, quando temos duas expressões, cada uma significando [*meaning*] o que a outra significa e ambas possuindo formas gramaticais diferentes, muitas vezes uma delas é mais sistematicamente enganadora do que a outra.

Ora, isso significa que, embora um fato ou estado de coisas possa ser enunciado num número indefinido de enunciados com formas gramaticais bastante diferentes, o fato será mais bem enunciado em alguns do que em outros. O ideal (que talvez não se realize nunca) é que ele seja enunciado numa forma verbal completamente não enganadora.

Ora, quando dizemos que uma forma de expressão é melhor do que outra, não queremos dizer com isso que ela é mais elegante, mais sucinta, mais familiar ou mais rapidamente inteligível para o ouvinte comum. O que pretendemos dizer é que, em virtude da sua forma gramatical, essa forma de expressão exhibe (de um modo que as outras não conseguem exhibir) a forma lógica do estado de coisas ou do fato que ela registra. Mas esse interesse na melhor maneira de exhibir a forma lógica dos fatos não compete a todos, mas apenas ao filósofo.

Quero agora apenas levantar (sem tentar resolvê-los) alguns problemas que surgem em consequência do que foi dito.

1. A supor que uma expressão de uma determinada forma gramatical seja adequada (ou, de algum modo, esteja próxima de ser adequada) para fatos

de uma determinada forma lógica, e apenas para esses fatos, essa relação de adequação da forma gramatical à forma lógica constitui uma *relação natural* ou *convencional*?

De minha parte, não posso endossar o que parece ser a doutrina de Wittgenstein e da escola de gramáticos lógicos que o seguem, segundo o qual aquilo que faz com que uma expressão seja formalmente adequada a um fato é uma certa relação pictórica biunívoca [*a one-one picturing relation*], real e não convencional, vigente entre a composição de expressão e a composição do fato. Com efeito, não consigo ver como (exceto numa classe reduzida de casos adrede selecionados) se possa considerar que um fato ou estado de coisas é semelhante ou mesmo dessemelhante, quanto à estrutura, a uma frase, a um gesto ou a um diagrama. Um fato, com efeito, não é um conjunto — nem mesmo um conjunto organizado — de partes à maneira como uma frase é um conjunto organizado de sons ou como um mapa é um conjunto organizado de linhas e traços. Um fato não é uma coisa e, portanto, não é tampouco uma coisa organizada. É claro, no entanto, que um mapa pode ser semelhante a um país ou a um sistema ferroviário e que, num sentido mais geral e mais vago, uma frase, enquanto série ordenada de sons, poderia ser um tipo de série semelhante à sequência de veículos num fluxo de tráfego ou à sequência dos dias da semana.

Mas, no fato de Sócrates estar zangado ou no fato de que ou Sócrates era sábio ou Platão era desonesto, não consigo encontrar nenhuma concatenação de partes que seja tal que possamos legitimamente afirmar que uma concatenação de partes de discurso tenha o mesmo plano arquitetural que ele. É possível, contudo, que essa dificuldade seja pura obtusidade da minha parte.

Por outro lado, também não parece muito fácil aceitar a aparente alternativa, de acordo com a qual é simplesmente por convenção que uma determinada forma gramatical se aplica de maneira especial aos fatos que têm uma certa forma lógica. Na realidade, com efeito, o uso [*usage*] corrente tolera perfeitamente expressões sistematicamente enganadoras. Além disso, é difícil explicar como, na gênese das línguas, os nossos antepassados (presumivelmente não filosóficos) poderiam ter decidido que uma dada forma gramatical deveria se aplicar a uma determinada forma lógica, ou como poderia essa aplicação lhes ter ocorrido. É de se presumir, com efeito, que o estudo das formas lógicas abstratas seja posterior à entrada no uso corrente de idiomas sintáticos.

Na minha opinião, todavia, a adequação das formas gramaticais às formas lógicas é mais convencional do que natural, embora eu não suponha que resulte de arbítrio ou de um projeto deliberado.

2. Uma outra pergunta é a seguinte: como descobrir, em casos particulares, se uma expressão é ou não sistematicamente enganadora? Tenho a impressão de que a resposta seria mais ou menos assim. Deparamo-nos, muitas vezes, com certas expressões, que compreendemos e nas quais inclusive acreditamos, do tipo: “o sr. Pickwick é uma pessoa fictícia” e “o equador circunda o globo”. Ora, sabemos que, se essas expressões realmente dizem o que parecem dizer, seguir-se-ão certas outras proposições. Imediatamente se faz claro, no entanto, que as proposições seguintes — as quais são consequências naturais das primeiras —: “o sr. Pickwick nasceu no ano tal” e “o equador tem tal espessura” não são simplesmente falsas, mas se revelam, à análise, estar em contradição com algum elemento presente naquilo de que parecem ser as consequências lógicas. A única solução está em perceber que ser uma pessoa fictícia não é ser uma pessoa

de um tipo particular e que o equador não cinge a terra no sentido de ser uma espécie qualquer de anel ou de faixa envolvendo a terra. Ora, perceber isso é constatar que as proposições originais não diziam o que, à primeira vista, pareciam estar dizendo. Paralogismos e antinomias evidenciam então que uma expressão é sistematicamente enganadora.

Apesar disso, as expressões sistematicamente enganadoras, tais como são entendidas pelo locutor e tais como são compreendidas pelo ouvinte, não contêm contradições. As pessoas não dizem realmente coisas filosoficamente sem sentido [*philosophical nonsense*], a menos que estejam filosofando ou — o que é algo bem diferente — que estejam sendo pedantes [*sententious*]. Na verdade, elas simplesmente utilizam expressões que, por uma causa qualquer — em geral, pelo desejo de concisão e para simplificar o discurso —, dissimulam em lugar de exibir as formas dos fatos registrados. E é precisamente a fim de revelar essas formas que abstraímos e generalizamos. Esses processos de abstração e de generalização já ocorrem antes de que a análise filosófica comece. Tudo indica, na verdade, que os resultados desses processos constituem o tema próprio [*subject matter*] da filosofia. O pensamento abstrato pré-filosófico é sempre iludido [*misled*] pelas expressões sistematicamente enganadoras e o próprio pensamento filosófico abstrato, cuja função própria reside em curar essa doença, é, na realidade, uma das suas vítimas mais graves.

3. Não conheço nenhum meio de classificar ou de fornecer uma lista exaustiva dos tipos [*types*] possíveis de expressões sistematicamente enganadoras. Suponho que o seu número seja, em princípio, ilimitado, mas que o número de tipos predominantes e obcecantes seja relativamente reduzido.

4. Não conheço nenhum meio de demonstrar que uma determinada expressão não tem absolutamente nada de sistematicamente enganador. O fato de não se ter ainda mostrado que dela surgem antinomias não constitui prova de que nunca surgirão. Podemos saber que, de duas expressões “x” e “y” que registram um mesmo fato, “x” é menos enganadora do que “y”; mas não é possível saber se “x” não poderá jamais ser aperfeiçoada.
5. A filosofia deve, então, envolver o exercício de um reenunciar sistemático. Isso não significa, contudo, que a filosofia seja um departamento da filologia ou da crítica literária.

O reenunciar que a filosofia deve efetuar não consiste na substituição de um substantivo por outro ou de um verbo por outro. Nessa tarefa se sobressaem os lexicógrafos e os tradutores. As reenunciações da filosofia consistem em transmutações de sintaxe, em transmutações controladas, não pelo desejo de elegância ou de correção estilística, mas pelo desejo de exibir aquelas formas dos fatos que a própria filosofia investiga.

A minha conclusão, então, é a de que há, afinal de contas, um sentido em que é possível investigar autenticamente e até dizer “o que significa realmente dizer isso e aquilo”. Podemos legitimamente perguntar, com efeito, qual é a forma real do fato registrado, quando essa forma é escondida ou dissimulada, e não exibida devidamente, pela expressão em questão. Além disso, podemos muitas vezes alcançar êxito em enunciar esse fato numa nova forma verbal que efetivamente exiba aquilo que a outra não conseguia exibir. No momento, estou fortemente inclinado a pensar que é nisso que consiste a análise filosófica e que é nisso que consiste a única função e toda a função da filosofia. Mas isso é algo que não pretendo justificar aqui.

Uma vez que, porém, a confissão faz bem à alma, sou obrigado a admitir que não aprecio muito as conclusões em direção às quais essas conclusões apontam. Eu preferiria, ao contrário, atribuir à filosofia uma tarefa mais sublime do que a mera detecção, em certas formas de expressão linguísticas, das fontes de interpretações errôneas e de teorias absurdas que estão sempre a ressurgir. Por outro lado, no entanto, não tenho a menor dúvida de que a filosofia tenha ao menos essa tarefa.

Leituras complementares sugeridas pelos editores deste site:

Flew, Anthony (ed.). *Essays on logic and language*. Oxford: Blackwell, 1951. [[Internet Archive](#)], [[Amzn](#)]

Ryle, Gilbert. “Sistematically misleading expressions”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, Vol. 32, Issue 1, 1932, pp. 139–170.

Ryle, Gilbert. *The concept of mind*. 60th anniversary edition. Abingdon: Routledge, 2009. [[Internet Archive](#)], [[Amzn](#)]

Ryle, Gilbert. *Dilemmas*. London: Cambridge University Press, 1954. [[Internet Archive](#)], [[Amzn](#)] [Tradução para o português por Álvaro Cabral: *Dilemas*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. [[Amzn](#)]]

Arquipélago Filosófico, Vol. 2, No. 23 (2026), e-023

ISSN 3086-1136

Artigo: Gilbert Ryle, Expressões sistematicamente enganadoras

Autor(es): Gilbert Ryle

Tradução: Balthazar Barbosa Filho

Data: 03 jul 2026

Volume: 2

Número: 23

Páginas: e-023

ISSN: 3086-1136

```
@article{gilbert-ryle-expressoes-sistematicamente-enganadoras,  
  author = {Gilbert Ryle},  
  title = {Gilbert Ryle, Expressões sistematicamente enganadoras},  
  year = {2026},  
  month = {jul},  
  journal = {Arquipélago Filosófico},  
  translator = {Balthazar Barbosa Filho},  
  volume = {2},  
  number = {23},  
  pages = {e-023},  
  issn = {3086-1136},  
  url = {https://arquipelago.fi/gilbert-ryle-expressoes-sistematicamente-enganadoras/}  
}
```